

Sindireceita quer manutenção de auxílio para servidor aposentado

Proposta tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação (CDH) do Senado

Por Martha Imenes

O Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), por meio da Diretoria Executiva Nacional (DEN) tem atuado em defesa da Sugestão Legislativa 11/2025, que estabelece a manutenção do auxílio-alimentação para servidores públicos aposentados e aposentadas. A proposta tramita atualmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, com relatoria do senador Cid Gomes (PSB-CE).

O senador deverá elaborar um parecer técnico sobre a SUG 11/2025. Caso o relatório seja favorável e aprovado pela CDH, ela passará a tramitar como Projeto de Lei (PL), podendo ser apreciado posteriormente em comissões temáticas e pelo Plenário do Senado.

De acordo com o Sindireceita as discussões sobre a proposta serão acompanhadas de perto e serão usados todos os meios necessários de trabalho parlamentar visando a aprovação desta importante matéria legislativa. "A manutenção do auxílio-alimentação aos servidores públicos aposentados e aposentadas é uma questão de justiça, dignidade e respeito a todos e todas que dedicaram suas



Divulgação/Asdner

Sindicato exige que aposentadas e aposentados tenham direito ao auxílio-alimentação

vidas à prestação de serviços públicos essenciais à sociedade e ao Brasil", informou o sindicato.

Reunião com deputado

O Sindireceita esteve reunido com o deputado federal André Figueiredo (PDT-CE) na Câmara dos Deputados, em Brasília. O encontro teve como pauta a análise das novas propostas sobre a reforma administrativa, recentemente apresentadas na Câmara, e a urgência de defender os direitos dos servidores.

A reunião foi promovida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) e contou com a presença de representações do serviço público.

O deputado André Figueiredo é vice-líder da Maioria na Câmara, coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e presidente da Frente Servir Brasil. O parlamentar também integrou o Grupo de Trabalho (GT) sobre a reforma

administrativa. O colegiado divulgou três propostas de reforma: uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei (PL).

Durante a reunião, o Sindireceita apresentou críticas às propostas de reforma administrativa e destacou, sobretudo, os riscos contidos na PEC. De acordo com o sindicato, embora o Grupo de Trabalho tenha afirmado que a PEC não englobaria aspecto fiscal, a proposição traz mudanças

significativas na estrutura fiscal dos estados e municípios - entes que não foram convidados a discutir o tema.

Outro aspecto diz respeito ao tratamento conferido pela reforma administrativa aos servidores. Segundo o sindicato, a proposta não considera as contribuições positivas que o funcionalismo gera em benefício da sociedade e do país. Durante a reunião, o Sindireceita também propôs o estabelecimento de um fórum de discussão composto por entidades de representação de todas as esferas dos entes federados e com as Administrações, visando debater a reforma.

Prioridades

Ao final da reunião, as entidades estabeleceram três prioridades: análise minuciosa das propostas de Reforma Administrativa e levantamento de disposições específicas que merecem atenção; diálogo junto ao presidente da Câmara, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) para que seja instalada uma Comissão Especial dedicada a debater a PEC da reforma administrativa; e realização de reunião junto à ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para discutir o assunto.

Fenasps quer manter pais no plano da Geap

Por Martha Imenes

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), em conjunto com sindicatos federados, entrou com Ação Civil Pública para impedir que a Geap Autogestão em Saúde exclua pais, mães, padrastros e madrastas da cobertura dos planos, prática que vinha sendo denunciada pela categoria. A ação foi distribuída para a 18ª Vara Federal Cível da SJDF, com pedido de urgência.

A iniciativa ocorre diante de tentativas da Geap de alterar regras, restringir dependentes e descumprir o acordo judicial firmado com a federação, que garantiu direitos históricos dos servidores. A Fenasps já havia alertado em diversas publicações que a autogestão vinha promovendo reajustes abusivos, "equalização" sem transparência e desrespeito à decisão judicial que assegurou, entre outros pontos, a manutenção de

genitores como dependentes.

No processo, a federação cobra:

- manutenção imediata dos pais e mães no plano, conforme o regulamento vigente;
- respeito ao acordo judicial homologado, inclusive quanto aos valores de custeio;
- suspensão dos aumentos irregulares identificados pela base;
- apresentação dos documentos técnicos que fundamentaram reajustes acima dos 8,90% autorizados pela própria Geap.

Para a federação, a tentativa de exclusão de dependentes compõe um movimento mais amplo de desmonte da autogestão, penalizando servidores, aposentados e pensionistas que há décadas sustentam a Geap.

Pacote de reestruturação

Em audiência no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com a participação da Fenasps. O governo

apresentou, sem negociação efetiva com as entidades representativas dos trabalhadores, um pacote de "reestruturação" que reorganiza carreiras, altera vínculos e concentra poder no ministério. Segundo a Fenasps, sob o discurso de "modernização", o que se desenha é uma reforma administrativa silenciosa, que avança justamente onde o governo dizia que não avançaria: na fragilização das carreiras, na exclusão dos aposentados e no desmonte do serviço público.

A apresentação revela um projeto que, segundo a Fenasps, envolve alterações em planos de cargos, criação de gratificações temporárias, supressão de carreiras, extinção de postos vagos, "racionalização" forçada e enquadramento compulsório de servidores em uma carreira transversal. Atingindo diretamente os trabalhadores da Previdência, Saúde e Trabalho, áreas já castigadas pelo subfinanciamento, não realização de concursos e pelo adoecimento dos servidores.



Viviane Peres (Fenasps) diz que não teve negociação